



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

A C.L.J.R. com cópia ao
Vereador Ademir de Paula
Ubá - MG, 05/08/99


Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara

Projeto de Lei nº 29/97

"Estabelece as diretrizes gerais para
o exercício financeiro de 1998, e dá outras
providências"

Senhor Presidente,

O pedido de vista da proposição encaminhada pelo Poder Executivo, *"que estabelece as diretrizes gerais para o exercício financeiro de 1998 e dá outras providências"*, justifica-se por compreender a Lei de Diretrizes Orçamentárias em metas e prioridades da Administração Pública, preenchendo-se, substancialmente, de vários conteúdos constitucionais, entre os quais, a elaboração da lei orçamentária anual, a disposição sobre as alterações na legislação tributária e o estabelecimento de políticas de aplicação dos recursos públicos.

Nessa linha, a chamada *"LDO"* (Lei de Diretrizes Orçamentárias) cuida, em verdade, de explicitar o que o Poder Executivo pretende, genericamente, fazer no próximo exercício. Como bem anota o conhecido jurista Tupinambá Miguel Castro do Nascimento, eminente Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, aqui *"não se aprovam unicamente dados financeiros e números correspondentes à receita e à despesa; mais do que isto, está se aprovando, identicamente, uma política governamental, uma orientação*



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

à Administração Pública. Desta forma, o Poder Legislativo se co-responsabiliza por tal prática."(in, "Da Tributação e do Orçamento", AIDE Ed.)

Assim, há uma evidente inspiração parlamentar neste tipo de ação, em que a Administração Pública é previamente autorizada na orientação que pretende dar à sua gestão.

Sr.Presidente, Srs.Vereadores :

A atual composição plenária desta Casa foi escolhida pelo povo ubaense sob o influxo da preocupação em se ver aperfeiçoada a qualidade de nossa representação política. Em linguagem mais clara e objetiva, procurando renovação, nossa comunidade escolheu-nos para representá-la porque espera que nós outros exerçamos, na plenitude, as prerrogativas conferidas ao Poder Legislativo pela Constituição Federal, a mais democrática que já tivemos em nossa acidentada história política.

Em linguagem mais clara ainda, espera o povo de Ubá que sejamos, realmente, um autêntico Poder, no desempenho de suas funções eminentemente legislativas e fiscalizatórias, que se não afasta a integração harmônica com os demais Poderes, exige que seus representantes estejam à altura das atribuições constitucionais.

Durante anos e anos, Senhores, o Poder Legislativo, em processo que ainda permanece, foi perdendo a estima pública, porque, não raro, se dobra às vontades do Poder Executivo ao mínimo aceno na concessão de favores pessoais: no conceito popular, e as pesquisas nacionais bem o demonstram, o Poder Legislativo, por diversas ocasiões, em âmbito nacional, transformou-se em casa de pedintes, casa de tolerância do Poder Executivo,



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

"vaquinhas de presépio" carentes de vaidade política.

Todavia, Senhores, a grande oportunidade que a democracia e a Constituição conferem ao Poder Legislativo, no Brasil, de exercer suas atribuições institucionais é quando da apreciação das normas, diretrizes e leis orçamentárias.

Começamos, nessa Casa, a viver esse grande instante, com o início da discussão de tais matérias.

Por isso, apesar de desnecessário, nunca é tarde para solicitar a todos os nobres Pares que acompanhem e votem atentamente essas etapas orçamentárias, de suma importância para nossa comunidade, pois estaremos apreciando e deliberando sobre todas as despesas a serem efetuadas pelo Município em sua ampla e integral atividade de administração.

Se assim não procedermos, estaremos nos destituindo da condição de agentes políticos, convertendo-nos em meros auxiliares, porque não palpateiros de luxo, da vontade unilateral dos demais Poderes, frustrando a expectativa popular e contribuindo para o descrédito, o ceticismo e o abatimento cívicos do povo, que tem, hoje, infelizmente, o Poder Legislativo em baixa conta, em relação aos outros Poderes Federados.

Sob essa ótica, com esse pedido de vista, procuramos cumprir nosso papel particular, esperando a costumeira atenção dos demais colegas.

Finalizando a essa introdução, já talvez enfadonha, passamos a tecer algumas considerações e sugestões visando aperfeiçoar, dentro dos ditames constitucionais, a proposição do Poder Executivo, constante no Projeto de Lei nº 29/97.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, em primeiro lugar, é de se ressaltar, em linhas gerais, a boa técnica empregada no texto em apreciação, nos exatos termos da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/64.

Entretanto, em forma de emendas, apresentemos à consideração de todos os ilustres Vereadores algumas questões para ser discutidas e deliberadas, contribuindo, com isso, para a discussão de assuntos de interesse público, papel primário e básico dessa Casa Legislativa.

Isto posto, apresentamos as seguintes **Emendas**, assim dispostas :

Emenda nº01 - Dá nova redação ao inciso VII do art.5º do Projeto de Lei nº 29/97 :

" Art.5º- A proposta orçamentária para o exercício de 1998 conterá as prioridades da Administração Municipal, conforme abaixo se estabelece :

VII- Transporte, incluindo a plena utilização do transporte coletivo para as pessoas portadoras de deficiências e seu acompanhante, quando necessário, nos termos do art. 252 da Lei Orgânica Municipal; "

Justificativa

A presente emenda visa ressaltar a importância da integração dos portadores de deficiências na concretização da solidariedade urbana como um dos



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

postulados de uma cidade que deseja, realmente, receber a alcunha de "Cidade Carinho".

Como já registramos, nessa Casa, por diversas vezes, o grande desafio do mundo contemporâneo não é mais a inclusão de direitos nos textos legislativos; mas a sua efetiva afirmação e concretização de providências materiais na prática dos fatos, objetivando a implementação desses direitos, sob pena de se criarem dispositivos tidos como letra morta para o cidadão.

Nesse sentido, as prioridades da Administração Municipal devem contemplar, também, como dito, a implantação concreta de dispositivos orçamentários, com a finalidade de integrar, efetivamente, as pessoas portadoras de deficiências no contexto vivo e real da comunidade ubaense.

Por outro lado, a presença de dispositivos com a redação que lhe é dada pela emenda ora proposta, possibilita, quando da discussão próxima do orçamento para o exercício de 1998, o estudo de alternativas para ações futuras, buscando alcançar os fins da atividade governamental com a efetiva locomoção das pessoas portadoras de deficiências, a exemplo dos idosos, nas vias, bairros e travessas de nossa Cidade, como ocorrem em alguns outros Municípios (vale-transporte, etc..), contribuindo para afastar a situação hoje reinante, onde as entidades privadas prestadoras de serviços aos portadores de deficiências vêm-se à cata da boa vontade do Poder Executivo para a implantação de direitos já há muito consagrado em diversas leis.

Emenda nº02 - Dá nova redação ao art.7º do Projeto de Lei nº 29/97

"Art.7º- Figurará na Lei Orçamentária uma Reserva de Contingência que poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

corresponder a até 1%(um por cento) do valor total da Receita Orçamentária estimada.

Justificativa

Com a introdução de modificações na classificação das Transferências, as normas financeiras aplicáveis (Lei nº 4.320/64 e a Portaria nº 38, de 05.06.78, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República) procederam à liberação da conta "**Reserva de Contingência**", que passou a ser classificada independentemente das Despesas Correntes e das Despesas de Capital.

Ou seja, em linguagem orçamentária, Reserva de Contingência significa a inclusão nos orçamentos anuais de dotação global não especificamente destinada a determinado programa ou unidade orçamentária, cujos recursos serão utilizados como fonte compensatória para abertura de créditos suplementares quando se evidenciarem insuficientes, durante o exercício, as dotações orçamentárias constantes do orçamento anual, nos termos do **item 6** da Portaria acima citada e do **art. 91** do Dec.Lei nº 1.763, de 16.01.80.

Em linguagem mais clara e direta, isso quer dizer que a reserva de contingência significa a possibilidade do Poder Executivo criar despesas sem a correspondente previsão de dotações próprias.

Ora, autorizar o Poder Executivo a utilizar-se de cerca de 15%(quinze por cento) da receita orçamentária estimada como Reserva de Contingência é passar-lhe um "**cheque em branco**" à sua atuação na gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

dos recursos públicos, dificultando o acompanhamento do próprio Poder Legislativo.

É, em outras palavras, abdicar a Câmara de Vereadores de sua principal prerrogativa constitucional, qual seja, a fiscalização orçamentária; é, em verdade, o Poder Legislativo, por incrível que pareça, criar obstáculos a si próprio no acompanhamento da execução orçamentária, já que expressivo percentual de despesas não estará vinculado a nenhuma dotação específica.

Ora, outras despesas deverão ser autorizadas pelo Poder Legislativo, a cada caso, mediante prévia e específica autorização legislativa, mediante créditos especiais ou suplementares, nos termos do §8º do art.166 da Constituição Federal; e não de forma antecipada e genérica, o que, com todo respeito da opinião contrária, constitui-se em rematado absurdo, dificultando o Poder Legislativo na sua principal função, ao lado da feitura de leis, na medida em que não sabemos, de antemão, sequer a receita orçamentária estimada.

Isto posto, sugerimos a redução de 15% para 1% do valor estipulado, sem a eliminação, entretanto, da reserva de contingência. Tal iniciativa evita transtornos ao Poder Executivo, afastando desfigurações no planejamento e na programação orçamentárias, já que, prevendo a reserva de contingência, ao mesmo tempo, propicia a redução do índice proposto pelo Executivo, com o acompanhamento do Poder Legislativo na execução orçamentária, sua real função, deixando para papel secundário sua função de assessoramento ao Prefeito, com a apresentação de indicações e requerimentos, etc..., que, muitas vezes, transformam o Chefe do Poder Executivo, em todas as esferas da Federação, em o "Todo Poderoso", muitas vezes por desídia da própria representação popular



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

com assento no Parlamento.

Emenda nº03: Acrescenta artigo ao Projeto de Lei nº 29/97.

"Art.13- Para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício financeiro de 1998, a Câmara Municipal sistematizará e priorizará, em audiência pública específica, as propostas resultantes de audiências públicas a ser por ela realizadas até 30 de julho de 1997, de comum acordo com as associações de moradores devidamente constituídas, a fim de prestar informações e colher subsídios para as ações pertinentes a seus respectivos âmbitos de competência, observada a disponibilidade orçamentária."

Justificativa

Em verdade, a introdução desse dispositivo visa a democratizar e tornar mais transparente o orçamento do Município, possibilitando que a população, devidamente constituída, através de seus órgãos representativos, possa auxiliar os Poderes Públicos a estabelecer seus programas e prioridades.

Trata-se de mecanismo verdadeiramente



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

autenticador da vontade popular, na medida em que ocorre a concretização da democracia direta, com o povo, destinatário final do orçamento público, subsidiando e auxiliando o Legislativo na sua máxima função.

Por outro lado, cumpre salientar que, constituindo-se em novidade em nosso Município, tal providência já se encontra consagrada em outras cidades, com o povo desbaratando aquilo que, de regra, constitui-se em vontade exclusiva do Poder Executivo.

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa, da Câmara Municipal de Ubá, aos 05 de maio de 1997.

Vereador Fernando Fagundes

A Primeira e a Terceira propostas de emenda foram aprovadas por unanimidade. A Segunda proposta de emenda foi aprovada por 08 (oito) votos a favor e 02 (dois) voto contrário.

Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara